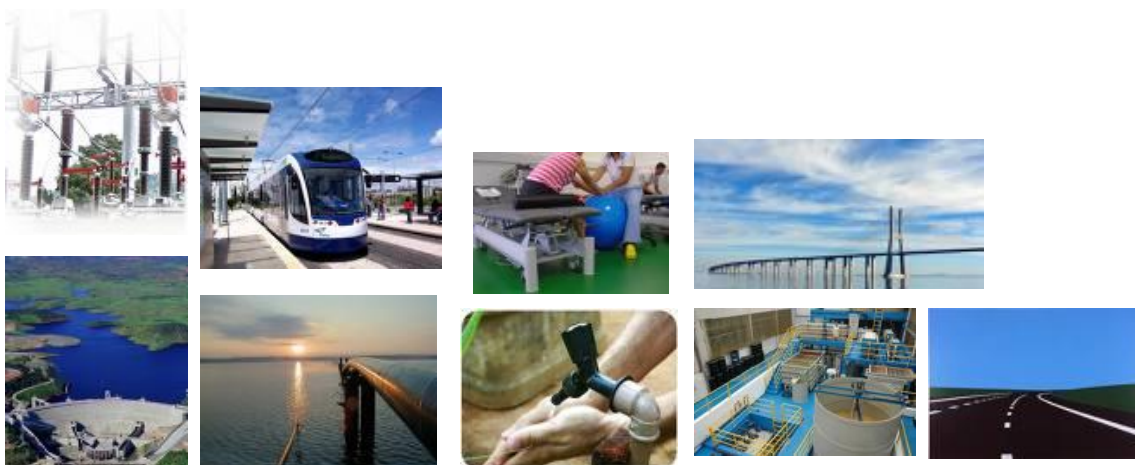


# **GASEPC – GABINETE DE ACOMPANHAMENTO DO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO, PARCERIAS E CONCESSÕES**

**Boletim Informativo  
Parcerias Público-Privadas e Concessões**

**3.º Trimestre 2011**



# ÍNDICE

<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b> -----	<b>3</b>
<b>PARTE - A - PPP</b> -----	<b>4</b>
<b>1. O UNIVERSO DAS PPP</b> -----	<b>4</b>
<b>2. EVENTOS RELEVANTES NA ÁREA DAS PARCERIAS</b> -----	<b>6</b>
2.1. Sector Rodoviário-----	6
2.2. Sector da Saúde-----	7
<b>3. FLUXOS FINANCEIROS DAS PARCERIAS</b> -----	<b>8</b>
3.1. Encargos Líquidos Globais-----	8
3.2. Encargos por Sector-----	10
3.2.1. Sector Rodoviário-----	10
3.2.2. Sector Ferroviário-----	12
3.2.3. Sector da Saúde-----	13
3.2.4. Outros Sectores-----	14
<b>4. PPP - NOTAS FINAIS</b> -----	<b>15</b>
<b>5. PPP - ANEXOS</b> -----	<b>16</b>
<b>PARTE - B - CONCESSÕES</b> -----	<b>19</b>
<b>6. O UNIVERSO DAS CONCESSÕES</b> -----	<b>19</b>
<b>7. EVENTOS RELEVANTES NA ÁREA DAS CONCESSÕES</b> -----	<b>20</b>
7.1. Sector do Ambiente – Saneamento, Águas e Resíduos-----	20
7.2. Sector Energético-----	21
<b>8. FLUXOS FINANCEIROS DAS CONCESSÕES</b> -----	<b>22</b>
8.1. Sector Portuário-----	22
<b>9. CONCESSÕES - ANEXOS</b> -----	<b>24</b>

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente boletim reporta a informação referente ao 3.º trimestre de 2011, no que respeita a projectos desenvolvidos pelo Estado nas modalidades de parceria público-privada (PPP) e de concessão.

A primeira parte do boletim analisa os projectos em regime de parceria público-privada (investimento acumulado de 16 mil milhões de euros, correspondendo a 44% do total).

A segunda parte analisa as concessões públicas acompanhadas pela Direcção-Geral Tesouro e Finanças (um investimento acumulado de 20,5 mil milhões de euros, correspondendo a 56% do total).

No 3.º trimestre de 2011 destacam-se os seguintes factos relevantes:

### *Gestão dos actuais contratos*

*Verificou-se a reintrodução de portagens durante o mês de Agosto na Ponte de 25 de Abril.*

*Na área da saúde, foi prorrogado o contrato de prestação de serviços do centro de atendimento do SNS.*

*Em termos de fluxos financeiros das PPP, verifica-se um decréscimo global de quase 30% dos valores pagos no corrente trimestre face ao período homólogo. O sector rodoviário revelou o maior decréscimo de encargos líquidos pagos face a igual período (-44%), devido ao decréscimo dos encargos correntes e ao aumento dos proveitos com portagens.*

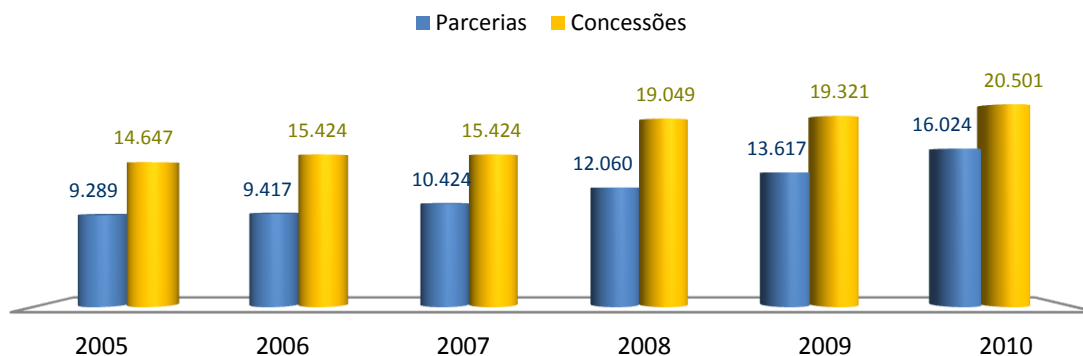
Lisboa, 15 de Novembro de 2011

## PARTE - A - PPP

### 1. O UNIVERSO DAS PPP

**Gráfico 1.1. Evolução do Investimento acumulado**

(Preços de 2011 – Milhões de Euros)

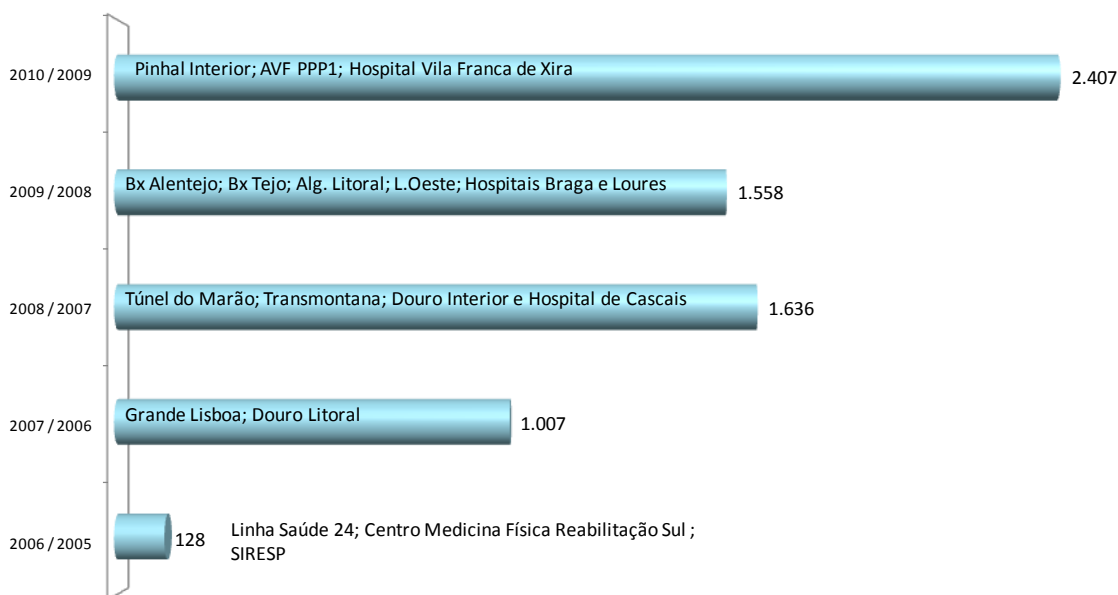


Nota: Os valores reflectem os investimentos pela sua totalidade (estimados nos casos base) à data da sua contratação.

Fonte: DGTF

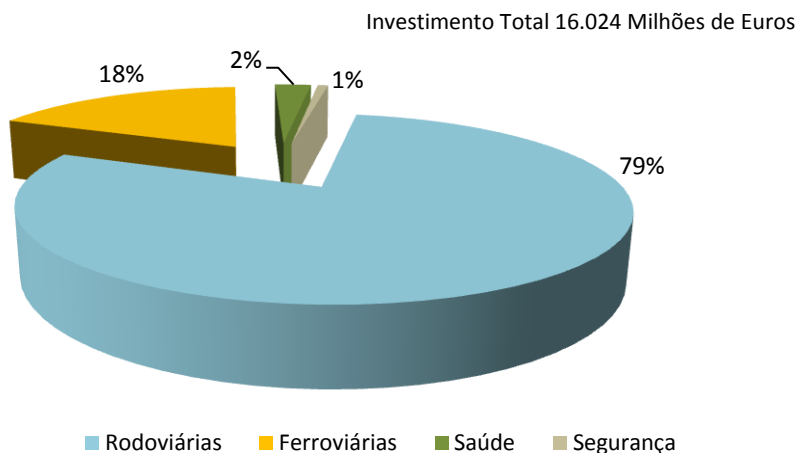
**Gráfico 1.2. Variação anual / Novos Projectos em regime de PPP**

(Preços de 2011 – Milhões de Euros)



Fonte: DGTF

**Gráfico 1.3. Repartição do Investimento acumulado em regime de PPP por sector  
(Preços de 2011 – Milhões de Euros)**



Fonte: DGTF

Os contratos no sector rodoviário representam a maior fatia (79%) de investimentos em regime de PPP. De salientar que o sector rodoviário possui 23 dos 37<sup>1</sup> contratos em exploração ou construção.

<sup>1</sup> Inclui o contrato de Concessão SIEV - Sistema Identificação Electrónica de Veículos, SA (detido a 100% pela DGTF).

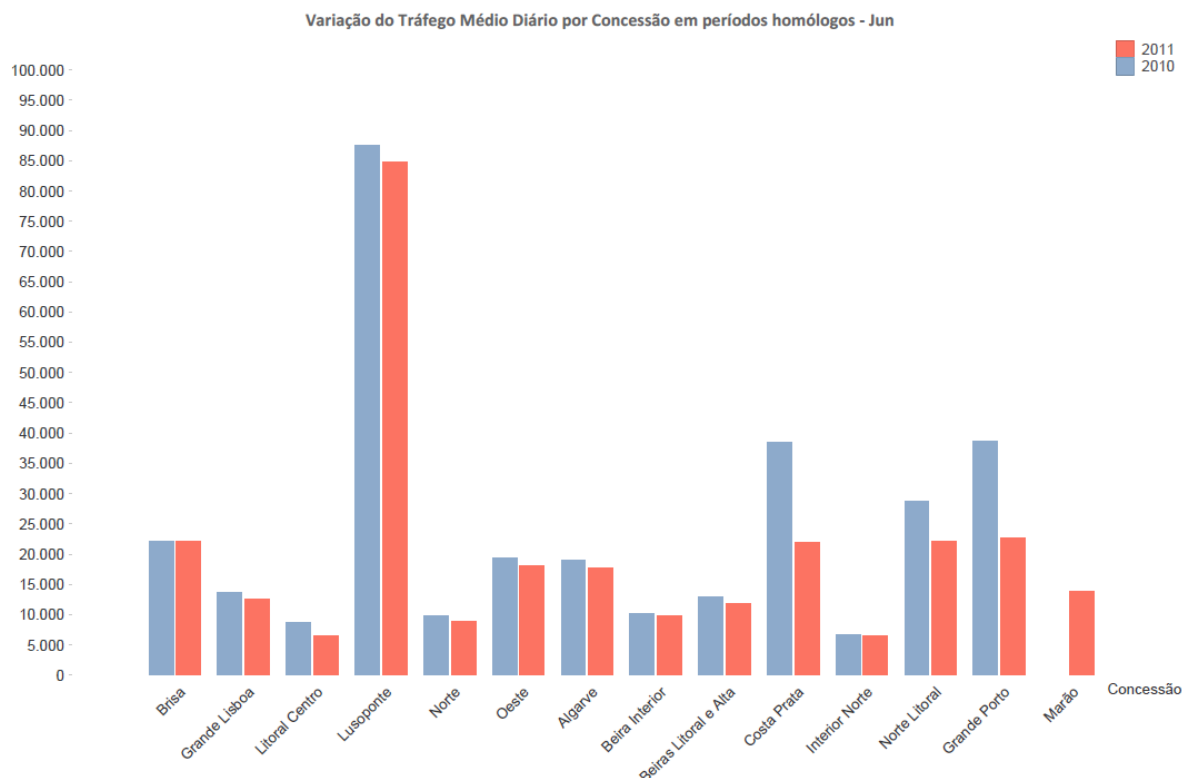
## 2. EVENTOS RELEVANTES NA ÁREA DAS PARCERIAS

### 2.1. Sector Rodoviário

Data	Evento
14-07-2011	RCM n.º 30/2011, 14 de Julho de 2011, procede à aprovação da reintrodução do pagamento de portagens na Ponte de 25 de Abril, durante o mês de Agosto de cada ano, a partir do mês de Agosto de 2011 inclusive, e até ao termo da concessão.
27-07-2011	Acordo entre o InIR e a Direcção Geral de Contribuições e dos Impostos (DGCI), no qual se estabelece que a DGCI passa a efectuar a cobrança coerciva das dívidas dos utentes que não procedem ao pagamento das taxas de portagem nas infra-estruturas rodoviárias.

Fonte: Diário da República Electrónico e DGTF.

**Gráfico 2.1. Variação do Tráfego Médio Diário por Concessão em períodos homólogos - Junho**



Fonte: Inir - Relatório de Tráfego na RNA 2º Trimestre 2011

No início do 3º trimestre, as concessões ex-Scuts (Norte Litoral, Costa de Prata e Grande Porto), manifestaram os principais decréscimos de circulação rodoviária, face a igual período, devido à introdução de portagens.

## 2.2. Sector da Saúde

Data	Evento
25-08-2011	<p>Foi aprovada a RCM n.º37 na qual se autoriza «o início do procedimento tendente à celebração de um contrato de prestação de serviços para a exploração do Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde, submetido ao regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, bem como a repartição de encargos em anos económicos diferentes, atento o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.</p> <p>Tendo em consideração o interesse público inerente à continuidade do funcionamento do Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde, garante-se, ainda, a prorrogação do contrato actualmente em vigor, até à celebração do novo instrumento contratual resultante do procedimento que ora se autoriza.».</p>
25-08-2011	<p>Foi assinada a Adenda ao contrato de prestação de serviços com a entidade LCS -Linha de Cuidados de Saúde, S.A, por forma a prorrogar o contrato por um período adicional de 10 meses. Este contrato caducará na data em que o novo Operador, a seleccionar mediante procedimento concursal esteja, em condições de assumir a gestão do Centro de Atendimento do SNS.</p>

Fonte: ACSS - Ministério da Saúde

### 3. FLUXOS FINANCEIROS DAS PARCERIAS

#### 3.1. Encargos Líquidos Globais

##### Quadro 3.1.1. Comparação com período homólogo

Milhões de Euros

Parcerias	3T 2010				3T 2011				% Δ
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Global
Rodoviárias	204,7	51,7	18,4	238,0	174,1	3,1	43,8	133,4	-43,9%
Ferrovíarias	0,0	0,0	0,0	0,0	3,4	0,0	0,0	3,4	n.a
Saúde	47,1	0,0	0,0	47,1	64,4	0,0	0,0	64,4	36,7%
Segurança	7,5	0,0	0,0	7,5	5,3	0,0	0,0	5,3	-29,3%
<b>TOTAL PPP</b>	<b>259,3</b>	<b>51,7</b>	<b>18,4</b>	<b>292,6</b>	<b>247,2</b>	<b>3,1</b>	<b>43,8</b>	<b>206,5</b>	<b>-29,4%</b>

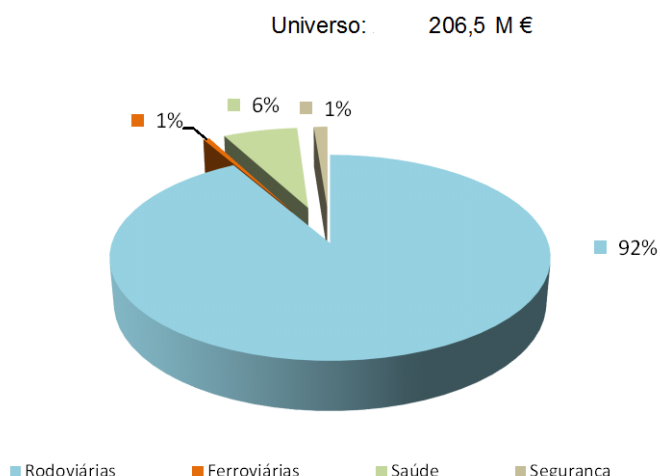
Fonte: Entidades Gestoras dos projectos

Valores com IVA

Obs: Os valores constantes da coluna REF (Reequilíbrios Económicos e Financeiros) incluem pagamentos em investimentos destas concessões, conforme previsto nos respectivos contratos e Acordos de Reformulação de Contratos.

No 3º Trimestre, os fluxos financeiros líquidos do conjunto das parcerias público-privadas, ascendem a 206,5 milhões de euros, apresentando um decréscimo face ao período homólogo, em particular devido ao decréscimo dos encargos com as parcerias rodoviárias, esse decréscimo decorre, do facto de, no período anterior, existirem pagamentos de reequilíbrios mais significativos, e por outro lado, no corrente trimestre se conjugarem o fenómeno do aumento de proveitos e diminuição de encargos correntes.

##### Gráfico 3.1.1. Repartição dos encargos do Concedente no 3º Trimestre 2011

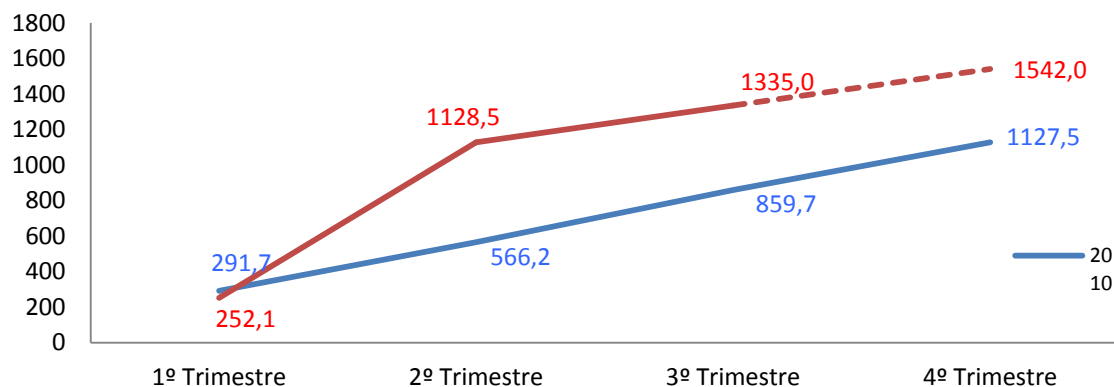


Fonte: DGTF

Os fluxos financeiros do sector rodoviário no trimestre representam 92% da totalidade dos encargos suportados pelo Estado.

Apresenta-se, no gráfico seguinte, os fluxos financeiros suportados e possível trajetória para o ano de 2011, face aos verificados no ano anterior:

**Gráfico 3.1.2. Evolução cumulativa dos encargos líquidos globais (M €)**



Fonte: Entidades Gestoras dos projectos

No final do 3º Trimestre, os fluxos financeiros líquidos do conjunto das parcerias público-privadas, ascendem a 1.335 milhões de euros, os valores cumulativos estão acima dos normais face a anos anteriores, devido ao aumento dos encargos com as parcerias rodoviárias no anterior trimestre.

**Quadro 3.1.2. Grau de realização face à previsão anual**

Parcerias	PREVISTO 2011								3T 2011 ACUMULADO				% EXEC.
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	Global				
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo					
Rodoviárias	853,3	604,2	291,0	1166,5	649,3	610,8	117,9	1142,2	97,9%				
Ferroviárias	102,1	0,0	0,0	102,1	10,3	0,0	1,5	8,8	8,6%				
Saúde	228,3	0,0	0,0	228,3	165,9	0,0	0,0	165,9	72,7%				
Segurança	45,1	0,0	0,0	45,1	18,0	0,0	0,0	18,0	39,9%				
<b>TOTAL PPP</b>	<b>1228,8</b>	<b>604,2</b>	<b>291,0</b>	<b>1542,0</b>	<b>843,5</b>	<b>610,8</b>	<b>119,4</b>	<b>1335,0</b>	<b>86,6%</b>				

Fonte: Entidades Gestoras dos projectos

Valores com IVA

Obs: Os valores constantes da coluna REF (Reequilíbrios Económicos e Financeiros) incluem pagamentos em investimentos destas concessões, conforme previsto nos respectivos contratos e Acordos de Reformulação de Contratos.

Os encargos líquidos pagos até ao final do 3º trimestre pelo Estado, atingem 86,6% do previsto para 2011.

## 3.2. Encargos por Sector

### 3.2.1. Sector Rodoviário

#### Quadro 3.2.1.1. Comparação com período homólogo

Milhões de Euros

Concessões	3T 2010				3T 2011				% Δ
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
Concessão do Algarve (IC4/IP1)	14,5	0,0	0,0	14,5	14,3	0,0	0,0	14,3	-1%
Concessão da Beira Interior (IP2/IP6)	44,8	0,0	0,0	44,8	46,4	0,0	0,0	46,4	4%
Concessão Interior Norte (IP3)	32,2	0,0	0,0	32,2	36,3	0,0	0,0	36,3	13%
Concessão das Beiras Litoral e Alta (IP5)	46,4	0,0	0,0	46,4	26,0	0,0	0,0	26,0	-44%
Concessão Lusoponte	0,0	8,0	0,0	8,0	0,0	2,3	0,0	2,3	-71%
Concessão Grande Lisboa	3,1	0,2	2,1	1,2	3,2	0,0	2,4	0,8	-35%
Concessão do Oeste (AEA)	0,0	3,6	0,0	3,6	0,0	0,7	0,0	0,7	-81%
Concessão da Costa de Prata	19,8	0,0	0,0	19,8	13,2	0,0	8,7	4,5	-77%
Concessão Grande Porto	25,6	0,0	0,0	25,6	14,7	0,0	6,0	8,7	-66%
Concessão Norte Litoral	9,4	4,8	0,0	14,2	9,1	0,1	6,7	2,5	-83%
Concessão Autoestrada do Norte	8,8	35,0	16,3	27,5	9,7	0,0	17,8	-8,1	-129%
<u>Outras</u>	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0	2,2	-1,0	-
<b>Total</b>	<b>204,7</b>	<b>51,7</b>	<b>18,4</b>	<b>238,0</b>	<b>174,1</b>	<b>3,1</b>	<b>43,8</b>	<b>133,4</b>	<b>-44%</b>

Fonte: Estradas de Portugal SA

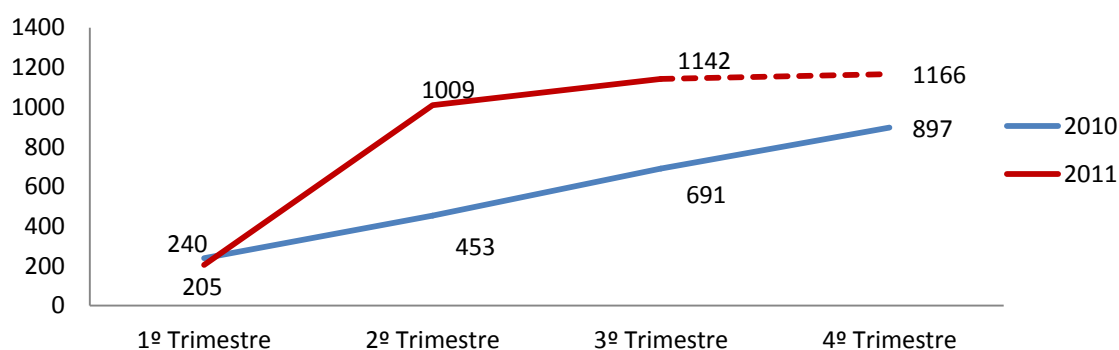
Os Valores incluem IVA

Observação: Os valores constantes da coluna REF incluem pagamentos em investimentos destas concessões, conforme previsto nos respectivos contratos e Acordos de Reformulação de Contratos.

No terceiro trimestre, os fluxos financeiros líquidos com PPP rodoviárias ascenderam a 133 milhões de euros, assinalando-se um decréscimo de 44%, face ao período homólogo, por via do decréscimo dos encargos brutos e aumento das receitas das portagens. No ano passado (no período homólogo) as SCUTS não eram portajadas.

A Concessão Beira Interior e Interior Norte são as únicas concessões que revelam crescimento de encargos neste período, face ao período homólogo. Este facto deve-se, em parte, ao facto de não serem portajadas e de estarem menos expostas à redução da circulação rodoviária.

#### Gráfico 3.2.1.1. Evolução cumulativa dos encargos líquidos PPP Rodoviárias (M €)



Fonte: Estradas de Portugal

Observação: Linha a tracejado para 2011 é uma projecção dos encargos líquidos com as PPP Rodoviárias. As projecções estão de acordo com o previsto no OE 2011, com acertos, sempre que aplicável, no valor do IVA.

Em termos acumulados, conforme gráfico anterior, verifica-se que os valores encontram-se em níveis superiores, face ano anterior (na sequência dos reequilíbrios financeiros registados no 2º trimestre – ver Boletim PPP do 2º Trimestre 2011).

### Quadro 3.2.1.2. Grau de realização face à previsão anual

Milhões de Euros

Concessões	PREVISTO 2011				REAL 3T 2011 ACUM.				% EXEC.
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
Concessão do Algarve (IC4/IP1)	53,1	0,0	17,4	35,7	41,9	0,0	0,0	41,9	117,4%
Concessão da Beira Interior (IP2/IP6)	153,9	0,0	14,3	139,6	140,9	0,0	0,0	140,9	100,9%
Concessão Interior Norte (IP3)	127,4	320,2	9,7	437,9	118,6	322,1	0,0	440,7	100,6%
Concessão das Beiras Litoral e Alta (IP5)	177,1	0,0	19,0	158,1	119,6	0,0	0,0	119,6	75,6%
Concessão Lusoponte	0,0	17,0	1,3	15,7	0,0	11,2	0,0	11,2	71,3%
Concessão Grande Lisboa	21,0	0,0	21,5	-0,5	14,8	0,0	7,9	6,9	1380,0%
Concessão do Oeste (AEA)	6,6	0,0	0,0	6,6	0,0	9,3	0,0	9,3	140,3%
Concessão da Costa de Prata	86,5	0,0	46,4	40,1	58,5	0,0	24,7	33,8	84,3%
Concessão Grande Porto	96,7	0,0	24,2	72,5	68,7	0,0	17,4	51,3	70,8%
Concessão Norte Litoral	55,6	0,0	30,4	25,2	38,2	0,3	18,9	19,6	77,7%
Concessão Autoestrada do Norte	63,5	267,0	59,7	270,8	45,4	268,0	44,5	268,9	99,3%
<u>Outras</u>	11,9	0,0	47,1	-35,2	2,7	0,0	4,5	-1,8	5,1%
<b>Total</b>	<b>853,3</b>	<b>604,2</b>	<b>291,0</b>	<b>1166,5</b>	<b>649,3</b>	<b>610,8</b>	<b>117,9</b>	<b>1142,2</b>	<b>97,9%</b>

Fonte: EP, S.A.

Os Valores incluem IVA

Observação: Os valores constantes da coluna REF incluem pagamentos em investimentos destas concessões, conforme previsto nos respectivos contratos e Acordos de Reformulação de Contratos.

De sublinhar que os encargos correntes totalizam 98% da previsão anual (face à estimativa apresentada no início do ano).

### 3.2.2. Sector Ferroviário

#### Quadro 3.2.2.1. Comparação com período homólogo

Milhões de Euros

Concessões	3T 2010				3T 2011				% Δ
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
Eixo Ferroviário Norte Sul	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
MST-Metro Transportes do Sul	0,0	0,0	0,0	0,0	3,4	0,0	0,0	3,4	-
RAV - Poceirão - Caia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
<b>Total</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>3,4</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>3,4</b>	<b>-</b>

Fonte: Entidades Gestoras  
Projecto RAV - PPP1 aguarda visto do Tribunal de Contas  
Valores incluem IVA.

A concessionária Fertagus, do Eixo Ferroviário Norte-Sul, deixou de apresentar encargos financeiros para o Estado no corrente ano, em resultado das condições estabelecidas no contrato de concessão.

A concessão MST (Metro Transportes do Sul), tem revelado uma procura insuficiente para a exploração da infra-estrutura, apresentando encargos efectivos para o Estado. Os pagamentos efectuados este ano, no valor de 10,3 milhões de euros, correspondem a compensações por procura insuficiente.

#### Quadro 3.2.2.2 Grau de realização face à previsão anual

Milhões de Euros

Concessões	PREVISTO 2011				3T 2011 ACUM.				% EXEC.
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
Eixo Ferroviário Norte Sul	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	-1,5	-
MST-Metro Sul do Tejo	17,8	0,0	0,0	17,8	10,3	0,0	0,0	10,3	57,9%
RAV - Poceirão - Caia	84,3	0,0	0,0	84,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
<b>Total</b>	<b>102,1</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>102,1</b>	<b>10,3</b>	<b>0,0</b>	<b>1,5</b>	<b>8,8</b>	<b>8,6%</b>

Fonte: Relatório OE 2011, IMTT e Gabinete do Metro Sul do Tejo  
Valores incluem IVA.

A despesa executada até ao 3.º trimestre corresponde a 8,6% do valor previsto para 2011. De salientar, que até ao momento, não foram efectuados pagamentos relativos ao investimento da Concessão AVF – Poceirão – Caia, pois este projecto aguarda o visto do Tribunal de Contas.

### 3.2.3. Sector da Saúde

#### Quadro 3.2.3.1. Comparação com período homólogo

Milhões de Euros

Parcerias	3T 2010				3T 2011				% Δ
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
CMFRS - São Brás de Alportel	1,4	0,0	0,0	1,4	1,6	0,0	0,0	1,6	19,9%
Centro Atendimento do SNS	2,5	0,0	0,0	2,5	1,7	0,0	0,0	1,7	-31,4%
Hospital de Cascais	17,8	0,0	0,0	17,8	12,8	0,0	0,0	12,8	-27,9%
Hospital de Braga	25,5	0,0	0,0	25,5	38,0	0,0	0,0	38,0	49,4%
Hospital de Vila Franca de Xira	0,0	0,0	0,0	0,0	10,2	0,0	0,0	10,2	-
<b>Total</b>	<b>47,1</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>47,1</b>	<b>64,4</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>64,4</b>	<b>36,7%</b>

Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde

Valores incluem IVA.

Observação: O contrato com Hospital de Vila Franca de Xira foi celebrado a 26.10.2010.

O sector da saúde regista um acréscimo dos encargos suportados pelo concedente (+36,7%), em particular, devido aos encargos com a entrada em funcionamento do novo edifício hospitalar de Braga e respectiva gestão do estabelecimento em cuidados de saúde.

O Hospital de Vila Franca de Xira assumiu a gestão do antigo hospital durante o mês de Junho, apresentando, um período completo de encargos relativos à gestão do estabelecimento hospitalar exclusivamente (o novo hospital encontra-se em construção).

#### Quadro 3.2.3.2. Grau de realização face à previsão anual

Milhões de Euros

Parcerias	PREVISTO 2011				3T 2011 ACUM.				% EXEC.
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
CMFRS - São Brás de Alportel	7,0	0,0	0,0	7,0	6,0	0,0	0,0	6,0	86,5%
Centro Atendimento do SNS	7,8	0,0	0,0	7,8	8,7	0,0	0,0	8,7	111,0%
Hospital de Cascais	57,2	0,0	0,0	57,2	41,9	0,0	0,0	41,9	73,2%
Hospital de Braga	106,7	0,0	0,0	106,7	94,8	0,0	0,0	94,8	88,9%
Hospital de Vila Franca de Xira	49,6	0,0	0,0	49,6	13,5	0,0	0,0	13,5	27,3%
<b>Total</b>	<b>228,3</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>228,3</b>	<b>164,9</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>164,9</b>	<b>72,2%</b>

Fonte: Relatório OE 2010 e Estrutura de Missão Parcerias da Saúde

Valores incluem IVA.

De notar, que apesar dos acréscimos significativos dos encargos, face ao período homólogo, no final do 3º trimestre do ano, o valor realizado representa 72,2% do valor total previsto para o ano.

### 3.2.4. Outros Sectores

#### Quadro 3.2.4.1. Comparação com período homólogo

Milhões de Euros

Parceria	3T 2010				3T 2011				% Δ
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
SIRESP - Sistema Integrado de Rede Emergência e Segurança	7,5	0,0	0,0	7,5	5,3	0,0	0,0	5,3	-29,3%
<b>Total</b>	<b>7,5</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>7,5</b>	<b>5,3</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>5,3</b>	<b>-29,3%</b>

Fonte: MAI/DGIE  
Valores incluem IVA.

No período em análise registou-se um decréscimo dos pagamentos do Concedente face ao período homólogo (-29,3%). Neste caso, existem faturas em conferência relativamente a períodos anteriores ainda por liquidar.

#### Quadro 3.2.4.2. Grau de realização face à previsão anual

Milhões de Euros

Parceria	PREVISTO 2011				3T 2011 ACUM.				% EXEC.
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	Encargos correntes	REF	Proveitos	Saldo	
SIRESP - Sistema Integrado de Rede Emergência e Segurança	45,1	0,0	0,0	45,1	18,0	0,0	0,0	18,0	39,9%
<b>Total</b>	<b>45,1</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>45,1</b>	<b>18,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>18,0</b>	<b>39,9%</b>

Fonte: Relatório OE 2010 e MAI/DGIE  
Valores incluem IVA.

## 4. PPP - NOTAS FINAIS

Entre os factos mais relevantes ocorridos já no 4.º Trimestre de 2011 até à data de elaboração do presente Boletim Informativo, destacam-se:

- **Decreto-Lei n.º 111/2011 de 28 de Novembro** – Foi publicado o Diploma que introduz o regime de cobrança de taxas de portagem nas vias correspondentes às concessões do Algarve (A22), Concessão da Beira Interior (A23), Concessão Interior Norte (A24) e Concessão da Beira Litoral e Alta (A25).
- **Portaria n.º 303/2011 de 5 de Dezembro** - Esta portaria fixa o montante das taxas de portagem a cobrar nos lanços e sublanços de auto-estrada abrangidos pelo Decreto -Lei n.º 111/2011, de 28 de Novembro, bem como a respectiva fundamentação.
- **Publicação dos Contratos das Parcerias Público-Privadas** no website da DGTF.

## 5. PPP - ANEXOS

### Quadro 5.1. Concessões PPP Transportes

#### 5.1.1. Sector Rodoviário em Exploração

(\*) Investimento (preços de 2011)

Sector Rodoviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base* M€
Concessão Lusoponte	Lusoponte – Conc. para a Travessia do Tejo em Lisboa, SA	1995	30	1263,2
Concessão Norte	Ascendi Norte – Auto Estradas do Norte, SA	1999	36	1173,7
Concessão Oeste	Auto-Estradas do Atlântico, SA	1999	30	605,4
Concessão Brisa	Brisa – Auto-Estradas de Portugal, SA	2000	35	2686,8
Concessão Litoral Centro	Brisal – Auto-estradas do Litoral, SA	2004	30	625,0
Concessão da Beira Interior IP2/IP6	Scutvias – Auto-Estradas da Beira Interior, SA	1999	30	838,8
Concessão da Costa de Prata IC1/IP5	Ascendi Costa de Prata – Auto Estradas da Costa de Prata, S	2000	30	415,9
Concessão do Algarve IC4/IP1	Euroscut – Sociedade Concessionária da SCUT do Algarve, SA	2000	30	296,4
Concessão Interior Norte IP3	Norscut – Concessionária de Auto-Estradas, SA	2000	30	653,8
Concessão das Beiras Litoral Alta IP5	Ascendi Beiras Litoral e Alta – Auto Est. das Beiras Litoral e Alta, SA	2001	30	893,7
Concessão Norte Litoral IP9/IC1	Euroscut Norte – Soc. Concessionária da SCUT do Norte Litoral, SA	2001	30	396,3
Concessão Grande Porto IP4/IC24	Ascendi Grande Porto – Auto Estradas do Grande Porto, SA	2002	30	591,0
Concessão Grande Lisboa	Ascendi Grande Lisboa – Auto Estradas da Grande Lisboa, SA	2007	30	189,2
Concessão Douro Litoral	AEDL – Auto-Estradas do Douro Litoral, SA	2007	27	817,4

Fonte: Estradas de Portugal SA

Investimento em construção e expropriações

#### 5.1.2. Sector Rodoviário em Construção

(\*) Investimento (preços de 2011)

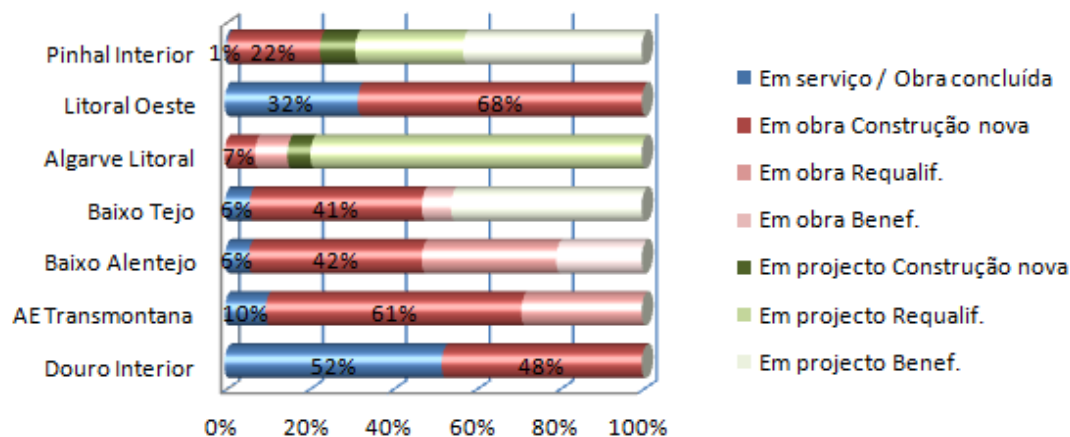
Sector Rodoviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base* M€
Sub-concessão AE Transmontana	Auto-Estradas XXI – Subconcessionária Transmontana, SA	2008	30	548,8
Sub-concessão Douro Interior	Ascendi Douro – Estradas do Douro, SA	2008	30	657,1
Concessão Tunel do Marão	Auto Estrada do Marão, SA	2008	30	356,6
Sub-concessão Baixo Alentejo	SPER – Soc. Port. para a Construção e Exploração Rodoviária, SA	2009	30	394,5
Sub-concessão Baixo Tejo	VBT – Vias do Baixo Tejo, SA	2009	30	279,0
Sub-concessão Litoral Oeste	AELO – Auto-Estradas do Litoral Oeste, SA	2009	30	458,2
Sub-concessão Algarve Litoral	Rotas do Algarve Litoral, SA	2009	30	170,5
Gestão Sist. Identificação Electrónico	SIEV - Sist. Id. Elect. de Veículos, SA	2009	25	n.a.
Sub-concessão Pinhal Interior	Ascendi Pinhal Interior – Auto Estradas do Pinhal Interior, SA	2010	30	970,7

Fonte: Estradas de Portugal SA

Investimento em construção e expropriações

n.a. - não aplicado

#### 5.1.1. Infraestruturas Subconcessionárias Execução física (3º Trimestre)



Fonte: Estradas de Portugal SA

### 5.1.3. Sector Ferroviário em Exploração

(\*) Investimento (preços de 2011)

Sector Ferroviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base* M€
Metro Sul Tejo (1)	MTS,SA	2002	30	334,2
Transp. Ferroviário eixo-norte/sul (2)	Fertagus,SA	1999	11 + 9	1201,5

Fonte: IMTT e Gabinete do MTS

(1) Investimento em Infraestruturas suportada pelo Estado

(2) Estimativa do Investimento realizado pela REFER ao abrigo do contrato anterior.

### 5.1.4. Sector Ferroviário em Construção

(\*) Investimento (preços de 2011)

Sector Ferroviário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base* M€
Troço Póceirão-Caia da rede de AVF *	ELOS Ligações de Alta Velocidade, S.A	2010	40	1356,4

Fonte: Rave SA

Investimento em construção e expropriações

Observação: Em apreciação pelo Tribunal de Contas

## Quadro 5.2. Concessões do Sector da Saúde

(\*) Investimento (preços de 2011)

Sector Saúde	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base* M€	
Gestão do Centro de Atendimento do SNS	LCS,SA	2006	4	4,3	E
CMFRS - São Brás de Alportel	GP Saúde	2006	7	3,2	E
Gestão do H. Braga - Ent. Gestora do Edifício	Escala Braga, Gestora do Edifício SA	2009	30	126,0	E
Gestão do H. Braga - Ent. Gestora Estabelecimento	Escala Braga, Gestora do Estabelecimento SA	2009	10	11,7	E
Gestão H. Cascais-Ent. Gestora Estabelecimento	HPP,SA	2008	10	16,4	E
Gestão H. Cascais - Ent. Gestora do Edifício	TDHOSP,SA	2008	30	57,4	E
Gestão H. Loures-Ent. Gestora Estabelecimento	SGHL - Soc. Gestora do Hospital de Loures SA	2009	10	30,2	-
Gestão H. Loures - Ent. Gestora do Edifício	HL – Sociedade Gestora do Edifício SA	2009	30	87,4	C
Gestão H. V. Franca - Ent. Gestora do Edifício	Escala Vila Franca - Gestora do Edifício, S.A	2010	30	77,2	C
Gestão H. V. Franca - Ent. Gestora Estabelecimento	Escala Vila Franca – Gest. do Estabelecimento, S.	2010	10	2,5	-

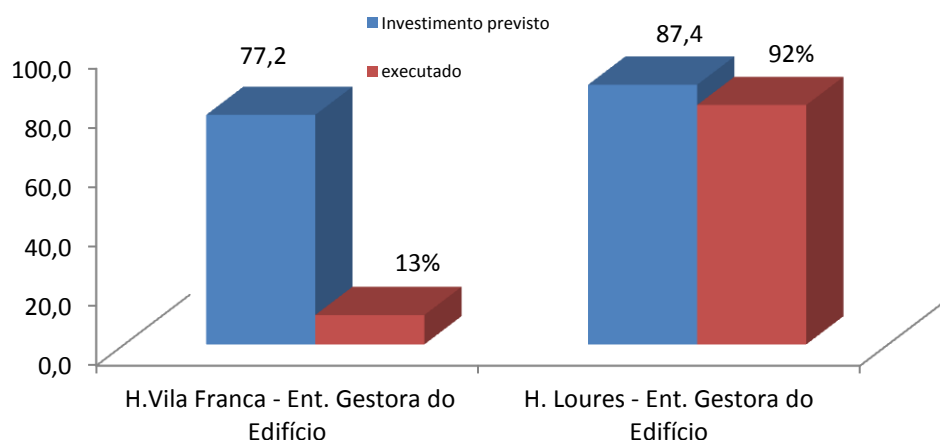
Investimento em construção e expropriações /equipamento inicial hospitalar

Fonte: Estrutura de Missão Parcerias da Saúde

Obs: E - Exploração C - Construção

## Gráfico 5.2. Investimentos em curso das Parcerias da Saúde

(Novos edifícios hospitalares – Investimento Previsto M€ e % Execução física)



Fonte: ACSS - Parcerias da Saúde

### Quadro 5.3. Outras Concessões

(\*) Investimento (preços de 2011)

Sector Segurança Interna	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base* M€
<b>SIRESP</b>	SIRESP - Redes digitais de Seg. e Emergência	2006	15	120,5

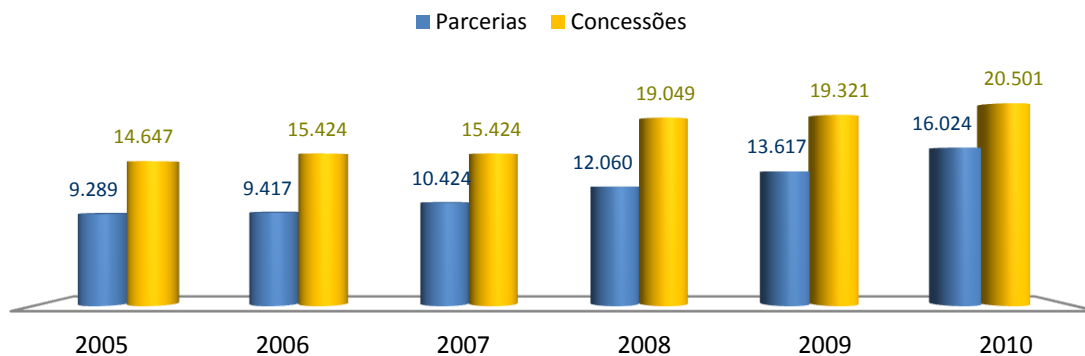
Obs: Investimento em infraestruturas e equipamento inicial

## PARTE - B - CONCESSÕES

### 6. O UNIVERSO DAS CONCESSÕES

Gráfico 6.1. Evolução do Investimento acumulado

(Preços de 2011 – Milhões de Euros)



Nota: Os valores reflectem os investimentos pela sua totalidade (estimados nos casos base) à data da sua contratação.

O universo das concessões é significativamente superior às parcerias e representa em termos de investimento acumulado cerca de 20,5 mil milhões de euros, correspondentes a 75 concessões em exploração e 5 em construção.

## 7. EVENTOS RELEVANTES NA ÁREA DAS CONCESSÕES

### 7.1. Sector do Ambiente – Saneamento, Águas e Resíduos

Data	Evento
15-08-2011	A Central de valorização orgânica da Valorlis entrou em funcionamento. Esta central vai proceder ao tratamento dos resíduos sólidos urbanos para reciclagem, e efectuar o tratamento biológico que permitirá o aproveitamento energético e a criação de fertilizante agrícola. Esta unidade abrange 20 municípios num universo de 719 mil habitantes, e é pioneira em Portugal no tratamento de resíduos indiferenciados.
13-09-2011	A Resinorte inaugurou um novo ecocentro, localizado em Riba d’Ave, em Vila Nova de Famalicão, para servir os cerca de 500 mil habitantes dos concelhos de Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Fafe, Vizela, Santo Tirso e Trofa. Este centro destina-se à recepção de resíduos que pela sua dimensão ou características não possam ser depositados no ecoponto.
19-09-2011	A Portaria n.º 269/2011, de 19 de Setembro, procede à normalização da informação previsional a prestar ao concedente, através do membro do Governo responsável pela área do ambiente, na qualidade de representante do Estado, e à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P., no âmbito do processo de apreciação das propostas de orçamento e projecto tarifário das entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal, para efeitos de revisão tarifária periódica ou extraordinária.

Fonte: Diário da República Electrónico, AdP e ERSAR.

## 7.2. Sector Energético

Data	Evento
28-07-2011	<p>No âmbito das Concessões Gás Natural, Electricidade destaca-se a publicação de vários diplomas:</p> <p>Foi aprovado pela RCM n.º 34/2011, o calendário para <b>extinção das tarifas reguladas de venda a clientes finais de electricidade e de gás natural</b>. Fica a respectiva venda submetida ao regime de preços livres.</p> <p><b>São extintas a partir de 1 de Julho de 2012:</b> • as Tarifas reguladas de venda de electricidade a clientes finais em baixa tensão (BT) com potência contratada inferior ou igual a 41,4 kVA e superior ou igual a 10,35 kVA e • as Tarifas reguladas de venda de gás natural a clientes finais com consumo anual inferior a 10 000 m<sup>3</sup> e superior a 500 m<sup>3</sup>.</p> <p><b>São extintas a partir de 1 de Janeiro de 2013:</b> • as Tarifas reguladas de venda de electricidade a clientes finais em baixa tensão (BT) com potência contratada inferior a 10,35 kVA e • as Tarifas reguladas de venda de gás natural a clientes finais com consumo anual inferior ou igual a 500 m<sup>3</sup>.</p> <p>O fim das tarifas reguladas significa que os preços de venda de electricidade e de gás natural aos consumidores finais deixam de ser fixados pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), passando a ser definidos pelo mercado. Os consumidores devem estar atentos às ofertas comerciais das várias empresas fornecedoras de electricidade e gás natural que estão a operar no mercado e poderão ainda consultar as listas dos comercializadores a actuar no mercado no site da ERSE e no site da DGEG.</p> <p>Este processo de extinção é acompanhado pela adopção de medidas necessárias à protecção dos consumidores economicamente vulneráveis designadamente a criação de uma tarifa social de venda de gás natural em termos similares à tarifa social já existente para a electricidade.</p> <p>Esta medida dá cumprimento a uma exigência do Memorando de Entendimento assinado pelo Estado Português com a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu.</p>

Fonte: Diário da República Electrónico.

## 8. FLUXOS FINANCEIROS DAS CONCESSÕES

### 8.1. Sector Portuário

#### Quadro 8.1.1. Comparação com período homólogo

Milhões de Euros

Sector Portuário	3T 2010				3T 2011				% Δ
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	
	Encargos	REF	Proveitos	Saldo	Encargos	REF	Proveitos	Saldo	
Douro e Leixões									
Terminal de Contentores de Leixões	0,00	0,00	3,45	-3,45	0,00	0,00	3,23	-3,23	-6%
Terminal de Carga a Granel de Leixões	0,00	0,00	0,81	-0,81	0,00	0,00	0,97	-0,97	19%
Silos de Leixões	0,00	0,00	0,04	-0,04	0,00	0,00	0,05	-0,05	25%
Terminal Produtos Petrolíferos	0,00	0,00	1,88	-1,88	0,00	0,00	1,86	-1,86	-1%
Terminal de Granéis Líquido Alimentares	0,00	0,00	0,02	-0,02	0,00	0,00	0,02	-0,02	0%
Terminal Expedição de Cimento a Granel	0,00	0,00	0,17	-0,17	0,00	0,00	0,18	-0,18	6%
Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado	0,00	0,00	0,04	-0,04	0,00	0,00	0,09	-0,09	125%
Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	0,00	0,00	0,01	-0,01	0,00	0,00	0,01	-0,01	0%
Exploração Turística-Hoteleira	0,00	0,00	0,12	-0,12	0,00	0,00	0,12	-0,12	0%
Exploração Restaurante e Bar	0,00	0,00	0,03	-0,03	0,00	0,00	0,03	-0,03	0%
Aveiro									
Terminal Sul Aveiro	0,00	0,00	0,08	-0,08	0,00	0,00	0,09	-0,09	7%
Serviço de Reboque Aveiro	0,00	0,00	0,01	-0,01	0,00	0,00	0,02	-0,02	100%
Lisboa									
Terminal de Contentores de Alcântara	0,00	0,00	0,68	-0,68	0,00	0,00	0,61	-0,61	-11%
Terminal de Contentores de Santa Apolónia	0,00	0,00	2,23	-2,23	0,00	0,00	1,88	-1,88	-16%
Terminal Multipurpose de Lisboa	0,00	0,00	0,09	-0,09	0,00	0,00	0,27	-0,27	200%
Terminal Multiusos do Beato	0,00	0,00	0,21	-0,21	0,00	0,00	0,23	-0,23	7%
Terminal Multiusos do Poço do Bispo	0,00	0,00	0,19	-0,19	0,00	0,00	0,17	-0,17	-11%
Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	0,00	0,00	0,21	-0,21	0,00	0,00	0,22	-0,22	6%
Terminal de Granéis Alimentares da Beato	0,00	0,00	0,20	-0,20	0,00	0,00	0,19	-0,19	-4%
Terminal de Granéis Alimentares de Palença	0,00	0,00	0,14	-0,14	0,00	0,00	0,13	-0,13	-6%
Terminal do Barreiro	0,00	0,00	0,04	-0,04	0,00	0,00	0,04	-0,04	11%
Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	0,00	0,00	0,09	-0,09	0,00	0,00	0,09	-0,09	-2%
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	0,00	0,00	0,11	-0,11	0,00	0,00	0,01	-0,01	-91%
Setúbal									
Terminal Multiusos Zona 1	0,00	0,00	0,49	-0,49	0,00	0,00	0,47	-0,47	-4%
Terminal Multiusos Zona 2	0,04	0,00	0,82	-0,78	0,00	0,00	0,98	-0,98	26%
Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	0,00	0,00	0,08	-0,08	0,00	0,00	0,11	-0,11	38%
Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	0,00	0,00	0,03	-0,03	0,00	0,00	0,01	-0,01	-67%
Sines									
Terminal Contentores de Sines XXI	0,00	0,00	0,20	-0,20	0,00	0,00	0,26	-0,26	30%
Terminal Multipurpose de Sines	0,00	0,00	0,97	-0,97	0,00	0,00	1,04	-1,04	7%
Terminal de Petroleiro e Petroquímico	0,00	0,00	0,09	-0,09	0,00	0,00	0,10	-0,10	1%
Serviço de Reboque e Amarração Sines	0,00	0,00	0,17	-0,17	0,00	0,00	0,19	-0,19	12%
Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	0,00	0,00	1,93	-1,93	0,00	0,00	1,93	-1,93	0%
Total	0,04	0,00	15,65	-15,61	0,00	0,00	15,60	-15,60	-0,1%

Fonte: Administrações Portuárias

Valores negativos correspondem a receitas do Concedente

O universo das concessões em zonas portuárias gerou 15,6 milhões de euros de rendas, com um nível de actividade similar ao período homólogo.

## Quadro 8.1.2. Grau de realização face à previsão anual

Milhões de Euros

Sector Portuário	PREVISTO 2011				ACUMULADO 3T 2011				% EXEC.	
	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)	(1)	(2)	(3)	(1)+(2)-(3)		
	Encargos	REF	Proveitos	Saldo	Encargos	REF	Proveitos	Saldo		
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	0,00	0,00	13,01	-13,01	0,00	0,00	10,65	-10,65	82%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	0,00	0,00	2,94	-2,94	0,00	0,00	2,88	-2,88	98%
	Silos de Leixões	0,00	0,00	0,18	-0,18	0,00	0,00	0,17	-0,17	94%
	Terminal Produtos Petrolíferos	0,00	0,00	5,82	-5,82	0,00	0,00	5,58	-5,58	96%
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	0,00	0,00	0,09	-0,09	0,00	0,00	0,06	-0,06	69%
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	0,00	0,00	0,70	-0,70	0,00	0,00	0,55	-0,55	78%
	Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado	0,00	0,00	0,13	-0,13	0,00	0,00	0,16	-0,16	121%
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	0,00	0,00	0,03	-0,03	0,00	0,00	0,02	-0,02	67%
	Exploração Turística-Hoteleira	0,00	0,00	0,48	-0,48	0,00	0,00	0,36	-0,36	75%
	Exploração Restaurante e Bar	0,00	0,00	0,11	-0,11	0,00	0,00	0,09	-0,09	78%
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	0,00	0,00	0,31	-0,31	0,00	0,00	0,26	-0,26	84%
	Serviço de Reboque Aveiro	0,00	0,00	0,11	-0,11	0,00	0,00	0,08	-0,08	72%
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	0,00	0,00	2,48	-2,48	0,00	0,00	2,08	-2,08	84%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	0,00	0,00	6,53	-6,53	0,00	0,00	5,55	-5,55	85%
	Terminal Multipurpose de Lisboa	0,00	0,00	1,02	-1,02	0,00	0,00	0,85	-0,85	83%
	Terminal Multiusos do Beato	0,00	0,00	0,85	-0,85	0,00	0,00	0,79	-0,79	93%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	0,00	0,00	0,75	-0,75	0,00	0,00	0,60	-0,60	80%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	0,00	0,00	0,81	-0,81	0,00	0,00	0,62	-0,62	77%
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	0,00	0,00	0,72	-0,72	0,00	0,00	0,60	-0,60	83%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	0,00	0,00	0,57	-0,57	0,00	0,00	0,41	-0,41	72%
	Terminal do Barreiro	0,00	0,00	0,08	-0,08	0,00	0,00	0,11	-0,11	138%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	0,00	0,00	0,35	-0,35	0,00	0,00	0,26	-0,26	74%
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	0,00	0,00	0,03	-0,03	0,00	0,00	0,03	-0,03	100%	
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	0,00	0,00	1,72	-1,72	0,00	0,00	1,44	-1,44	84%
	Terminal Multiusos Zona 2	0,13	0,00	2,32	-2,19	0,09	0,00	2,57	-2,48	113%
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	0,00	0,00	0,30	-0,30	0,00	0,00	0,31	-0,31	103%
	Terminal de Granéis Líq. De Setúbal	0,00	0,00	0,12	-0,12	0,00	0,00	0,12	-0,12	100%
Sines	Terminal Contentores de Sines XXI	0,00	0,00	0,70	-0,70	0,00	0,00	0,50	-0,50	71%
	Terminal Multipurpose de Sines	0,00	0,00	4,28	-4,28	0,00	0,00	3,05	-3,05	71%
	Terminal de Petroleiro e Petroquímico	0,00	0,00	0,38	-0,38	0,00	0,00	0,29	-0,29	76%
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	0,00	0,00	0,68	-0,68	0,00	0,00	0,52	-0,52	77%
	Terminal de Granéis Líq. e Gestão de Resíduos	0,00	0,00	7,71	-7,71	0,00	0,00	5,79	-5,79	75%
<b>Total</b>	<b>0,13</b>	<b>0,00</b>	<b>56,31</b>	<b>-56,18</b>	<b>0,09</b>	<b>0,00</b>	<b>47,34</b>	<b>-47,25</b>	<b>84%</b>	

Fonte: Administrações Portuárias

Valores negativos correspondem a receitas do Concedente

Os encargos líquidos negativos representam uma receita para o Concedente portuário. No final do 3º trimestre, representam 84%, do total dos proveitos provenientes das Concessões Portuárias do Estado, previstos para o ano 2011.

## 9. CONCESSÕES - ANEXOS

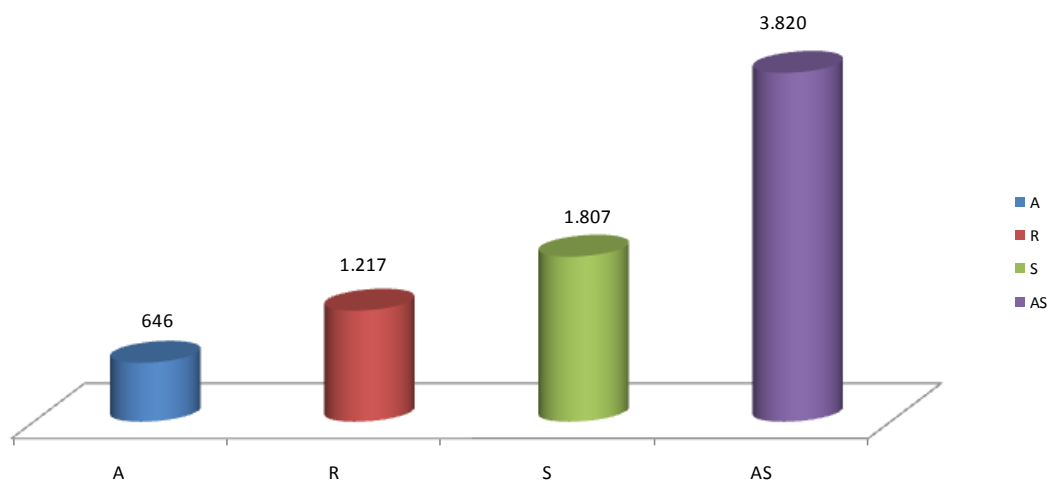
**Quadro 9.1. Concessões do Sector Ambiental (Em exploração)**

(\*) Investimento (preços de 2011)

Sector Ambiente (Águas, Saneamento e Resíduos)	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Caso Base* M€
Águas do Centro Alentejano	Águas do Centro Alentejano, SA	2003	30	88,5 AS
Águas do Douro e Paiva	Águas do Douro e Paiva, SA	1996	30	645,6 A
Águas do Oeste	Águas do Oeste, SA	2001	30	366,7 AS
Águas de Santo André	Águas de Santo André, SA	2001	30	162,1 AS
Águas Trás-os-Montes e Alto Douro	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA	2001	30	520,5 AS
Águas do Algarve	Águas do Algarve, SA	2001	30	568,9 AS
Águas do Centro	Águas do Centro, SA	2001	30	220,2 AS
Águas do Mondego	Águas do Mondego, SA	2004	35	263,3 AS
Águas do Norte de Alentejano	Águas do Norte de Alentejano, SA	2001	30	116,7 AS
Águas do Zézere e Côa	Águas do Zézere e Côa, SA	2000	30	370,9 AS
Águas do Noroeste	Águas do Noroeste, SA	2010	50	810,4 AS
Águas Públicas do Alentejo	Águas Públicas do Alentejo, SA	2010	50	227,4 AS
Águas da Região de Aveiro	Águas da Região de Aveiro, SA	2010	50	104,3 AS
Algar	Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	1996	25	86,6 R
Amarsul	Amarsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	1997	25	97,9 R
Ersuc	Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, SA	1997	25	122,4 R
Resinorte	Resinorte - Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	2009	30	197,1 R
Resiestrela	Resiestrela - Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	2008	30	34,9 R
Resulima	Resulima Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	1996	25	45,1 R
Suldouro	Suldouro Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	1996	25	75,4 R
Valnor	Valnor Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	2001	29	30,9 R
Valorlis	Valorlis Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	1996	25	44,2 R
Valorminho	Valorminho Valorização e Trat. Resíduos Sólidos, SA	1996	25	20,1 R
Valorsul	Valorsul - Val. Trat. Resid. Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA	1995	25	462,2 R
Sanest	Sanest saneamento Costa Estoril, SA	1995	25	293,7 S
Simarsul	Simarsul sist. Integrado multimunicipal de Águas e Resíduos Setúbal, SA	2004	30	267,7 S
Simlis	Simlis Saneamento Integrado dos municípios do Lis, SA	2000	30	97,3 S
Simria	Simria Saneamento Integrado dos municípios da Ria de Ave, SA	2000	30	406,9 S
Simtejo	Simtejo Saneamento Integrado dos municípios do Tejo e Trancão, SA	2001	30	667,2 S
Simdouro	Simdouro - Saneamento do Grande Porto, SA	2009	50	74,4 S

Fonte: Águas de Portugal, SA      A - Abastecimento    S - Saneamento    R - Resíduos

**Gráfico 9.1. Investimentos das Concessões do Sector Ambiental (M €) caso base**



Obs: A – Abastecimento de Água; R - Resíduos; S – Saneamento; AS – Abastecimento e Saneamento

## Quadro 9.2. Concessões do Sector Energético

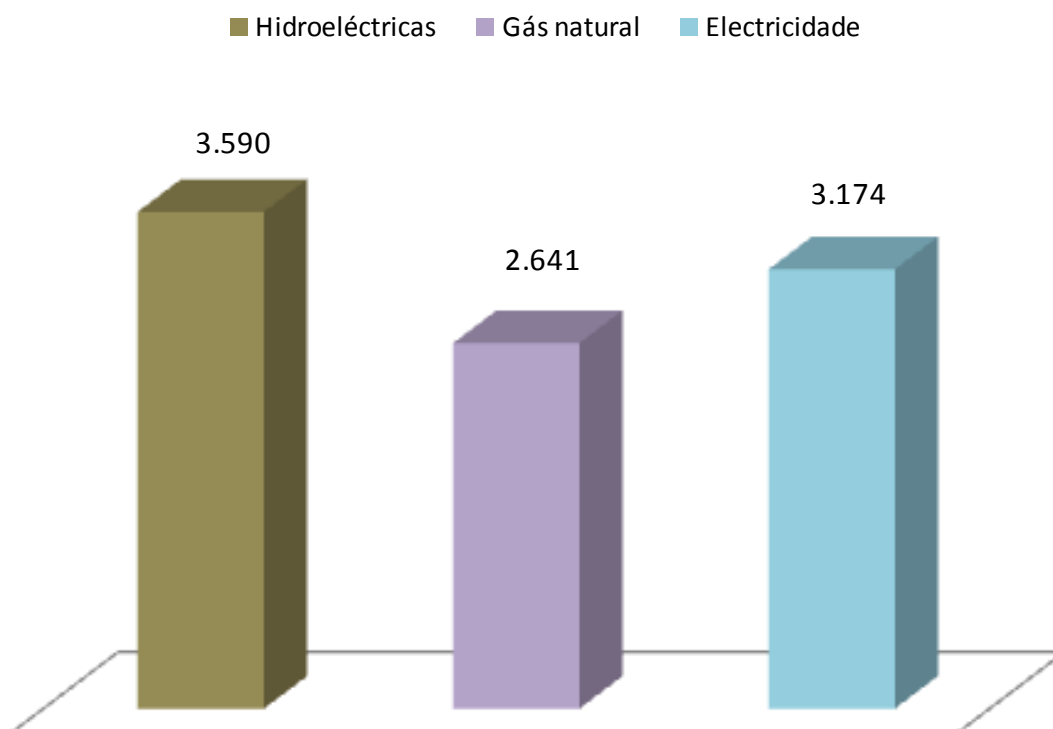
(\*)Estimativas de Investimento (preços de 2011)

Sector ENERGIA - HÍDRICO	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento* Estimativa M€	
Barragem de Foz Tua	EDP	2008	75	348,2	C
Barragens de Gouvães, Padreselos, Alto Tâmega, Daivões	IBERDROLA	2008	65	1740,8	C
Barragens do Fridão e Alvito	EDP	2008	65	522,2	C
Barragem Baixo Sabor	EDP	2008	65	263,2	C
Barragem Girabolhos	ENDESA	2008	65	368,6	C
Barragem do Alqueva	EDP	2008	35	347,1	E
Sector ENERGIA - GÁS NATURAL	Concessionário	Ano	Prazo	Activo fixo Líquido* (2008) M€	
Armaz. Subterrâneo de Gás Natural (Guarda)	Transgás Armazenagem, SA	2006	40	30,0	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Lisboa)	Lisboagás GDL Soc. Dist. Gás Natural de Lisb	2008	40	591,8	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Centro)	Lusitaniagás - Comp. Gás do Centro, SA	2008	40	296,3	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Setúbal)	Setgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, SA	2008	40	163,6	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Porto)	Portgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, SA	2008	40	314,8	E
Armaz. Regasificação de Gás Natural (Sines)	REN Atlântico, SA	2006	40	217,1	E
Armaz. Subterrâneo Gás Natural (Guarda, Pombal)	REN Armazenagem, SA	2006	40	117,7	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Beiras)	Beiragás- Companhia Gás das Beiras, SA	2008	40	70,8	E
Distribuição Regional de Gás Natural (Vale do Tejo)	Tagusgás - Empresa Gás Vale do Tejo, SA	2008	40	68,1	E
Gestão Rede Nacional Transporte de Gás Natural	REN Gasodutos, SA	2006	40	771,0	E
Sector ENERGIA - ELECTRICIDADE	Concessionário	Ano	Prazo	Activo fixo Líquido* (2008) M€	
Rede Eléctrica Nacional	REN-Rede Eléctrica Nacional, SA	2007	50	1322,7	E
Exploração da Rede Nac. Distribuição de elect.	EDP-Distribuição Energia, SA	2006	35	1851,7	E
Exploração Zona Piloto «produção de energia das ondas do Ma	Enondas, Energia das Ondas, SA	2010	45	n.d	

Fonte: ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos / Administrações Regionais Hídricas

C- construção; E -exploração

## Gráfico 9.2. Estimativas de Investimentos por subsectores (M €)



### Quadro 9.3. Concessões Portuárias

(\*) Investimento (preços de 2011)

	Sector Portuário	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento Estimativa* M€
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	Terminal de Contentores de Leixões SA	2000	25	89,0
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	Terminal de Carga Geral e de Graneis de Leixões SA	2001	25	53,3
	Silos de Leixões	Silos de Leixões, unipessoal Lda	2007	25	6,7
	Terminal Produtos Petrolíferos	Petrogal, SA	2006	25	n.d.
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	E.D. & F. Man Portugal Lda	2001	15	n.d.
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	SECIL - Comp. Geral de Cal e Cimento, SA	2001	15	n.d.
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	Docapesca - Portos e Lotas SA	1995	25	n.d.
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	Marina de Leixões - Associação de Clubes	1985	25	n.d.
	Exploração Turística-Hoteleira	Dourocais - Inv. Imobiliários SA	2001	20	n.d.
	Exploração Restaurante e Bar	Companhia de Cervejas Portuárias, SA	2000	20	n.d.
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	Socarpor - Soc. De Cargas Portuárias (aveiro), SA	2001	25	8,2
	Serviço de Reboque Aveiro	Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, SA	2004	10	3,1
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	Liscont - Operadores de Contentores SA	1985	57	n.d.
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, SA	2001	20	78,8
	Terminal Multipurpose de Lisboa	Transinsular, Transportes Marítimos Insulares, SA	1995	15	n.p.
	Terminal Multiusos do Beato	TMB - Terminal Multiusos do Beato Op. Portuárias, SA	2000	20	9,4
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	Empresa de Tráfego e Estiva, SA	2000	20	4,2
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	n.p.
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	n.p.
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	Sovena Oilseeds Portugal, S.A.	1995	30	n.p.
	Terminal do Barreiro	ATLANPORT - Sociedade de Exploração Portuária, SA	1995	30	n.p.
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	LBC - TANQUIPOR, S.A.	1995	30	n.p.
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	Baía do Tejo, S.A.	1995	30	n.p.	
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	Tersado - Terminais Portuários do Sado, SA	2004	20	13,9
	Terminal Multiusos Zona 2	Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, SA	2004	20	16,0
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	Sapac - Terminais Portuários, SA	1995	25	8,7
	Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	Sapac - Terminais Portuários, SA	2003	25	4,4
Sines	Terminal Contentores de Sines XXI	PSA Sines - Terminal de Contentores, SA	1999	30	459,3
	Terminal Multipurpose de Sines	Portsines - Terminal Multipurpose de Sines, SA	1992	25	163,5
	Terminal de Petroleiro e Petroquímico	Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	2003	10	n.d.
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	Reboport-Soc.Portuguesa Reboques Marítimos, SA	2002	20	n.d.
Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, SA	2008	30	n.d.	

Fonte: Administrações Portuárias

n.p. - não previsto; n.d. - não disponível